

ATA Nº06

----- **Ata da sessão extraordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia catorze de março de dois mil e vinte e dois.** -----

----- Ao décimo quarto dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e trinta e quatro minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão extraordinária, sob a Presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos, secretariado pela senhora Maria Helena Santos Marques e o Senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

----- **A – Intervenção do Público;** -----

----- **B – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO GRUPO MUNICIPAL DO PS NO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B), DO Nº 1, DO ARTIGO 4º, DA LEI Nº 8/2009, DE 18 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- **PONTO DOIS: PIMVAGOS - MONITORIZAÇÃO - PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES;** -----

----- **PONTO QUATRO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – AÇÃO SOCIAL – NÃO ACEITAÇÃO EM 2022;** -----

----- **PONTO CINCO: CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA – APOIO FINANCEIRO PARA INVESTIMENTOS – 2022/2025;** -----

----- **PONTO SEIS: ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – 2022/2025;** -----

----- **PONTO SETE: VAGOS METAL FEST – PROTOCOLO 2023-2026;** -----

----- **PONTO OITO: MUSEU DO BRINCAR – MUNICIPALIZAÇÃO.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Andreia Pereira Santos Marques, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Victor Fernando Santos Neto, Sérgio Manuel Jesus Martins, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, e Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, em substituição de Lílíana Barreira, eleitos na lista do PSD.

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Rogério Paulo Soares, Rodrigo dos Santos Capeloa e António Bastião, em substituição de Diana Ferreira Julião, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. ----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel

Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão as senhoras Deputadas Liliana Barreira e Diana Ferreira Julião. --

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente, João Paulo Sousa Gonçalves, os Vereadores, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques, a senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, o senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e a senhora Susana Maria Ferreira Gravato. -----

----- **A – Intervenção do Público;** -----

----- Paulo Jorge Grave – O senhor Paulo Grave questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o Museu do Brincar, ou seja, se foi feito um inventário das peças existentes, uma vez que estas vão ter de ser armazenadas durante algum tempo, num sítio próprio, com certeza, para não se perder o rasto ao material. A segunda questão prende-se com a rede viária no Concelho, e a sua conservação, principalmente “os buracos” cujo as pessoas já se habituaram, pois são recorrentes, e que são frequentes e, por isso, não seria má ideia criar uma brigada para, sempre que necessário, colocar alcatrão, uma vez que não há hipóteses de fazer estradas novas. -

----- João Luís Santos – O senhor João Luís Santos usou da palavra e referindo-se à exploração de areias inertes, por todo o Concelho de Vagos, perguntou o que é que se tem feito para parar essa situação e porque é que não se aproveitam esses inertes para partes baixas de terrenos agrícolas. Uma vez que se está a passar por uma crise a nível de cereais podiam-se aproveitar para essa parte e não para venda, como tem acontecido no Concelho de Vagos na totalidade. A segunda questão que colocou prende-se com a situação de fogos e limpeza de terrenos ou caminhos agrícolas, e destacou a Vila de Vagos, Santo António e Vigia que neste momento estão completamente intransitáveis. Neste sentido, perguntou para quando uma limpeza, uma vez que foi criada uma comissão, ou pelo menos existe pessoas nomeadas. Quanto ao Bairro de São João, e ao abate de árvores, foram abatidos cerca de cinquenta metros ao redor do Bairro de São João, numa parte do rio, com o qual o senhor João Luís não concorda, porque é uma zona muito inclinada, poderá começar a escorrer as lamas e aquelas partes todas, visto ser um zona de lamas, para a parte do rio. Neste sentido, pergunta qual a razão, porque não sabe qual foi o objetivo, uma vez que ao lado, estradas nacionais, escolas e outras situações, nada foi feito. Entretanto, referiu-se também à ilegalidade das garagens contruídas no Bairro de São João, algumas, ou o aumento delas para terrenos particulares. A pergunta é o que é que a Câmara Municipal está a pensar fazer, o porquê da não demolição ou porque é que não desligam a água ou a luz. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas e em relação ao Museu do Brincar referiu que mais à frente, na ordem de trabalhos, haverá a possibilidade de discutir este assunto. No entanto, em relação ao

inventário das peças ele está a ser feito e terá a possibilidade explicar no ponto apropriado como é a proposta para fazer a entrega de todo o acervo que existe no Museu do Brincar e a relação que isso terá depois com o pagamento, pela entrega do acervo. As peças neste momento estão no Mercado Municipal, porque será lá que irá funcionar de forma provisória o Museu do Brincar, até estarem concluídas as obras no Palacete Visconde de Valdemouro. As obras no Mercado Municipal estarão concluídas num prazo de três. Quanto à conservação da rede viária, não há hipóteses de fazer estradas novas. Neste momento, só aqui à volta, e não é preciso sair muito daqui, está-se com dois milhões e tal de euros de investimento em requalificação de estradas e não há dinheiro para fazer mais. Está a ser requalificada a Rua da Fonte, toda a zona industrial de Vagos, a Av. do Parque de Campismo e a Rua do Parque de Campismo na Gafanha da Boa Hora. Entretanto, já iniciou a empreitada da ligação desde o Concelho de Cantanhede, antiga Freguesia do Covão do Lobo, até à antiga Freguesia de Santa Catarina, mais um investimento de cerca e oitocentos mil euros. Mais um investimento que está associado a obras de saneamento, que irá iniciar em breve, em Covão do Lobo, cerca de dois milhões de euros. Esta Câmara Municipal tem feito um grande esforço para melhorar a qualidade da rede viária no Concelho de Vagos que é um dos “calcanhares de Aquiles”. Quanto às questões do senhor João Luís vai tentar responder dentro daquilo que entendeu, porque as questões eram um pouco confusas. Falou na exploração ilegal de inertes, mas depois referiu que elas deviam ser utilizadas para aterrar terrenos agrícolas. Se é exploração ilegal não pode ser utilizada para nada, é ilegal e o que tem de ser feito são atos de fiscalização, e há muitos autos levantados nos últimos tempos. A Câmara Municipal tem trabalhado em conjunto com o ICNF e a ARH para evitar que continue a existir esse problema da exploração ilegal de inertes. Há no Concelho uma área, e está previsto no PDM, que permite a exploração legal de inertes. Explorar inertes por si só não é um crime, explorar ilegalmente está errado e tem de ser fiscalizado, e do ponto de vista da fiscalização a Câmara Municipal tem tido uma atuação que a deixa absolutamente tranquila. Quanto à questão dos fogos e limpeza dos caminhos agrícolas, o senhor Presidente não percebeu qual é a Comissão que trata dos caminhos agrícolas que foi nomeada. A limpeza de caminhos de agrícolas é uma competência própria das Juntas de Freguesia com as quais a Câmara Municipal desde sempre, tem colaborado, independentemente da Junta que for. Aquilo que a Câmara Municipal pode fazer, e faz sempre em articulação com as Juntas de Freguesia, é ceder máquinas, dentro das possibilidades. Quanto às questões do Bairro de São João, o senhor João Luís pode não conhecer a legislação, mas existe uma legislação que exige uma faixa de gestão de combustível, e foi isso que foi feito em conjunto com os proprietários de alguns desses imóveis que tinham árvores de grande porte e havia a necessidade de tratar desse assunto. O senhor Presidente respeita a opinião do senhor João Luís, mas o que se tem de fazer é cumprir a lei que é bem mais importante. Relativamente ao facto de ser feito nuns sítios e não é feito noutra, foi aprovado numa Comissão onde estão representantes desta Assembleia, para além do senhor Presidente, que é a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que aprovou o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios onde estão priorizadas as intervenções. Sendo que, naquilo que diz respeito às intervenções da Câmara

Municipal elas têm sido feitas, naquilo que diz respeito à intervenção de particulares tem sido acompanhada pela Câmara e pelo SEPNA e tem sido feita em substituição pela Câmara naqueles casos reconhecidos como mais urgentes e que estão no Plano. Em relação àquilo que são as obrigações do ICNF não tem sido feito. As questões colocadas em relação ao Bairro de São João são bastante antigas e a Câmara Municipal não pode cortar nem a água nem a luz, porque as pessoas têm esses contratos em vigor. A Câmara Municipal está a intervencionar no Bairro de São João, contudo é uma situação muito delicada, porque tem muitas situações que não estão com carácter de legalidade e, por isso, não é fácil resolver aquele problema muito antigo. O que a Câmara Municipal tem procurado, com a fiscalização, é que os problemas não se agravem e a tentar resolver o que está mal feito do passado. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

----- **B – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO UM: DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO GRUPO MUNICIPAL DO PS NO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B), DO Nº 1, DO ARTIGO 4º, DA LEI Nº 8/2009, DE 18 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que este ponto já veio à Assembleia Municipal, na sessão de vinte e nove de novembro. Nessa altura o Partido Socialista indicou como representante a senhora Deputada Carla Gouveia, na altura em exercício por substituição do senhor Deputado Óscar Gaspar, e nesse momento o senhor Presidente da Mesa levantou a questão de ser possível ou não, a sua indicação, por não se tratar de um membro efetivo da Assembleia Municipal. O que ficou combinado seria o senhor Presidente pedir parecer aos serviços técnicos, o que foi feito e o parecer é no sentido de que obrigatoriamente tem de ser indicado um membro efetivo. Neste sentido, solicita-se ao grupo municipal do PS que designe um membro efetivo como representante no Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que não se trata de eleição, e sim uma designação, e não é um membro eleito, é um membro, e por isso, o grupo municipal do PS indica o próprio, ou seja, o senhor Deputado Bruno Julião para integrar o Conselho Municipal da Juventude. Entretanto, indicou, desde já, no caso da ausência do senhor Bruno Julião, e de acordo com os termos regimentais, que será substituído pelo seguinte da lista do Partido Socialista, a senhora Carla Gouveia. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: PIMVAGOS - MONITORIZAÇÃO - PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- Para efeitos do disposto no artigo 12º, do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal de Vagos (PIMVagos), a Assembleia Municipal tomou conhecimento das deliberações da Câmara Municipal, de 21/12/2021, sobre a prorrogação dos contratos de concessão de benefícios tributários, celebrados com as empresas Grupel, AVCS (ex-Steel) e Placacem, Lda, respeitantes às isenções de IMI e Derrama. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que, por lapso, este assunto não veio à sessão ordinária de fevereiro, conforme determina o artigo 12º, do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal de Vagos (PIMVagos). Estes projetos após discussão na Câmara Municipal devem vir para conhecimento da Assembleia Municipal na sessão seguinte e, por lapso não veio, e vem hoje, para que este Órgão tome conhecimento dos mesmos. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que este é um ponto para conhecimento, mas, de qualquer modo, em relação aos projetos referidos o grupo municipal do PS reparou que há artigos no Regulamento na atribuição de benefícios que exigem fiscalização e acompanhamento permanente destes projetos. Como se trata de uma prorrogação, o senhor Deputado pergunto se a Câmara Municipal obteve da parte do gestor do projeto alguma informação que possa perigar a operacionalização destes projetos. O senhor Deputado pergunta, porque é uma parte do processo ao qual os membros da Assembleia Municipal não têm acesso aqui. Será, também, certamente por culpa do senhor Deputado que não encontra explicações para cada um dos projetos terem uma diferença de três ou cinco anos de diferença de benefícios e, por isso, pergunta o porquê dessa diferença. Entretanto, fez uma questão mais global, isto é, quantos projetos beneficiários deste programa estão, neste momento, aprovados e quantos foram recusados nos últimos dois mandatos Autárquicos. Se for possível fornecer esta informação hoje, se não for, pede que seja possível facultá-la depois ao grupo municipal do PS. O grupo municipal do PS aproveita sempre para fazer uma reflexão para futuro, e também o faz neste ponto, e sobre a capacidade da Autarquia de ter um conjunto de documentos que a tornem mais competitiva e mais atrativa, porque importa ir tirando lições destes benefícios e da forma como o regulamento os atribui, para que a Autarquia possa ser cada vez mais amiga das empresas e possa continuar a atraí-las em vez de perde-las. Entretanto, deixa já uma sugestão, ou seja, na próxima revisão do regulamento, que considera importante que se faça amiúde, e as Autarquias fazem cada vez mais isso, porque é um instrumento que tem a ver com a competitividade entre si e com o facto de todas terem parques empresariais e querem todas terem as melhores empresas, com mais emprego e com perfil diversificado, era importante que se pudesse olhar para esse regulamento, e fica uma ideia para futuro: numa perspetiva de atratividade de empresas que tenham a capacidade de pagar uma massa salarial acima da média. O senhor Deputado considera que essas deviam ser empresas prioritárias nos Regulamentos de Atribuição de Benefícios no Município de Vagos para cada vez mais se diversificar o tipo de empresas que existem nos parques empresariais do Concelho. Também é importante, porque há muitos vaguenses que não estão neste Concelho a viver e a trabalhar, porque não têm cá oportunidades, designadamente um conjunto de vaguenses

que são mais qualificados e que teriam gosto em ter essa oportunidade, isto é, estar aqui a viver e a trabalhar. Evidentemente, a questão do emprego é fundamental para que isso aconteça. Esse fator de reforço de competitividade e atração que é a mudança do regulamento nesse sentido, utilizando outras boas práticas dos Concelhos, era importante que acontecesse o mais rápido possível. Estes regulamentos são alterados com muita assiduidade por muitas Autarquias e Vagos também o devia fazer e trazer aqui à Assembleia Municipal para discussão, que é muito importante. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que todos têm conhecimento que a pandemia justifica muitas destas solicitações e ninguém com um bocado de bom senso deixa de se opor a questões pontuais deste género. No entanto, quis lembrar uma previsão que o senhor Presidente da Câmara fez aqui numa das últimas sessões, isto é, em que ele vaticinava que durante o corrente mandato o Município vai passar a ter retorno do investimento efetuado nas zonas industriais, por via do término de períodos de incentivos fiscais concedidos às empresas. A questão que coloca é qual é, realmente, a extensão destes pedidos de renovação de incentivos. Está-se a falar destas situações excecionais ou há uma tendência mais acentuada? Pergunta. Mais do que isto, há alguma pressão no sentido de algumas destas empresas tentarem dar a entende que, eventualmente, após o término dos apoios se mudarão para fora do Município? Pergunta. É que se esta tendência existir a questão é que a política que existe de construir com investimento bastante avultado, como se sabe, parques industriais, quase um por Freguesia, nunca irá ter retorno. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que estas empresas que têm estas isenções estão publicadas na página das finanças, são públicas, e mais claro do que isto não haverá. Depois de ouvir estas intervenções fica a sensação de que as empresas são “todas uma cambada de criminosas” e o senhor Deputado não pode discordar mais com esta observação. O Município de Vagos luta, com outros Município, para atrair empresas. O reflexo desta luta saudável é os parques empresariais e as empresas que o Concelho de Vagos tem. O senhor Deputado também concorda que todas as empresas também deviam pagar acima do salário mínimo ou ter um salário médio extremamente alto, mas isso é aquilo que o PSD não faz, que é meter-se na gestão das empresas e deve continuar a fazê-lo, ao contrário daquilo que o Governo faz que muitas vezes se intromete na gestão das empresas. Por fim, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, do regulamento que foi aprovado aqui em Assembleia Municipal, com bastante discussão, das empresas que estão neste momento a pedir, qual é o valor destes cinco anos, porque se no IMI se pode calcular no valor patrimonial, na Derrama já não, e está lá só um ano. Qual é a extensão deste benefício que foi dado a estas três empresas que estão aqui a pedir o prolongamento? Perguntou. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal sou da palavra e explicou que o Regulamento dos Projetos de Interesse Municipal foi amplamente discutido nesta Assembleia. Estes documentos não podem estar a ser analisados e achar que isto são questões pontuais. Isto são questões que esta Assembleia aprovou para todo sempre, até ao momento em

que se entender dar por extinto o regulamento. Este apoio não tem nada a ver com a pandemia, tem a ver com uma estratégia do Município. Neste momento, ao abrigo deste regulamento, foram aprovadas onze isenções, e derivam das isenções que esta Assembleia pode atribuir pontualmente, aí sim, que no máximo podem ir até dez anos, ou seja, cinco mais cinco e nunca podem ser aprovados os dez anos. A diferença dos anos tem a ver com a fórmula que se estabeleceu no regulamento, com uma série de parâmetros que estão no regulamento aprovado aqui. Os projetos aprovados, ao abrigo deste regulamento, são onze que geraram quarenta e três milhões de euros no Concelho de Vagos e que criaram trezentos e vinte e cinco postos de trabalho, mais aqueles que já haviam sido aprovados antes de haver este regulamento, nomeadamente o da Plafesa e o da Ria Blades. O Município já tem hoje isenções de Derrama que terminaram e as empresas neste exercício vão passar a pagar este imposto. Se for comparado o valor da Derrama nos últimos anos é possível entender a evolução e perceber que se conseguiu atrair as empresas e que elas depois não vão embora. Ninguém investe cinco milhões de euros para ter um benefício de Derrama de cerca de cinquenta mil euros por ano para depois, no fim dos cinco anos, ir embora. Não fazia qualquer sentido isso. Situações dessas podem acontecer, mas não é por causa dos incentivos da Derrama, e sim por causa de incentivos comunitários. Sobre a questão da fiscalização, este trabalho é acompanhado, o que se está aqui a falar é de três renovações de isenções, é feito pelos serviços da Autarquia e, obviamente, se não estivessem criadas as condições para ser feita a renovação ela não seria trazida aqui. Em relação à capacidade para atrair empresas com maior massa salarial, obviamente que o Município está sempre disponível para acolher propostas que integrem esse parâmetro, o senhor Presidente não sabe é como é que o pode integrar no regulamento, mas está disponível para acolher propostas que possam incluir esse parâmetro. Quanto à questão de que há muitos jovens que não trabalham no Concelho, é verdade, assim como há muitos jovens de outros Concelhos que trabalham em Vagos. Tem a ver com a volatilidade e com as ofertas do mercado de trabalho. Nestes últimos dez anos foram criados em Vagos mais de dois mil postos de trabalho, e isso está documentado. Desses dois mil, o senhor Presidente admite que a maioria sejam postos de trabalho para trabalhadores indiferenciados, mas também é de concordar que nesses dois mil foram criados muitos postos para quadro intermédios e superiores nas empresas. Assim sendo, estão criadas condições para que os jovens venham para Vagos. Relativamente ao término do período de incentivos destes projetos é no prazo de renovação, alguns são de três outros de cinco anos. Nos Projetos de Interesse Municipal o regulamento que existe para criar incentivos para estes projetos não terminará, pelo menos por vontade da Câmara Municipal, a não ser que a Assembleia Municipal assim o determine. A ideia é que isto continue, que se continue a atrair empresas para o Concelho de Vagos, criar postos de trabalho, criar riqueza, criar um círculo virtuoso do ponto de vista económico. Em relação ao valor para os cinco anos, no caso da Derrama está o valor do último ano, no caso do IMI está também o valor do último ano, é só multiplicar por cinco. O valor global da Derrama e do IMI são os valores que estão nos documentos enviados. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra para relembrar algumas questões que não foram respondidas pelo senhor presidente, como por exemplo: a quantidade de projetos que beneficiam deste programa em Vagos; quantos é que foram recusados; qual a percentagem de aprovação destes pedidos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara respondeu que ao abrigo do regulamento foram aprovados onze projetos, e que já haviam sido aprovados outros anteriormente, e até hoje não foi nenhum recusado. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES;** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou que este ponto foi retirado da ordem de trabalhos da última sessão da Assembleia Municipal. No dia três de março foi agendada uma reunião na Câmara Municipal com a participação dos grupos municipais, com assento nesta Assembleia Municipal, do senhor Presidente da Assembleia, da senhora Vereadora Susana Gravato e com o Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica da Câmara Municipal, Laerte Pinto. A documentação que foi enviada aos membros da Assembleia é a proposta final, com as atualizações, resultante do consenso que os grupos municipais quiseram incorporar na proposta inicial apresentada pela Câmara Municipal. Assim sendo, é esta proposta que hoje cabe discutir, nesta sessão, embora já tenha sido previamente discutida pelos líderes do grupos municipais. –

----- O Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal se associa às alterações que foram feitas e, por isso, estão reunidas condições para aprovar o regulamento que simplifica a vida das associações. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em boa hora o Partido Socialista se debateu na última Assembleia para que este ponto fosse retirado. Em boa hora, também, a Câmara Municipal teve abertura para acolher as propostas, e o papel da senhora Vereadora Susana Gravato no trabalho que foi desenvolvido. É obvio que o trabalho que foi feito na reunião não podia ter sido desenvolvido na Assembleia Municipal, a reunião teve a duração de mais de duas horas e o tempo aqui é limitado. Este documento que a Câmara Municipal aqui traz hoje está significativamente melhorado em relação ao que existia. Na perspetiva do grupo municipal do PS era muito importante, por um lado, que houvesse a clarificação de uma série de aspetos e, por outro lado, que se facilitasse a vida às associações. Outro aspeto, que acabou por não ser contemplado na versão final, o Partido Socialista entendia que havia condições, espaço e que há até bons exemplos em Autarquias próximas da de Vagos em que há maior certeza jurídica em relação ao apoio às associações. O senhor Deputado quer com isto dizer que o PS defendia que, por exemplo, no caso do apoio a projetos apresentados por associações, e nomeadamente por IPSS's do Concelho, com aprovação em termos de fundos comunitários que houvesse desde logo a previsão de qual era a margem em que a Câmara podia apoiar esse tipo de projetos. No

caso, por exemplo, dos veículos era importante dar aqui algum sinal e, nomeadamente, fazer uma referência ao apoio direto e explícito aos veículos elétricos, porque, como se sabe, este é um programa que já está a decorrer, em que já há associações do Concelho que adquiriram automóveis elétricos, que tiveram um determinado nível de participação em termos do Estado e que, por ventura, a Câmara também podia ter apoiado. De qualquer maneira, o que interessa é este é um documento de consenso, como todos os documentos de consenso ficou aquém daquilo que eram as expectativas das diversas partes, mas o PS está confortável com aquilo que foi acolhido pela Câmara Municipal, regozija-se com o trabalho que foi feito e vai votar a favor deste regulamento. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que esteve presente na reunião em substituição do porta voz do grupo municipal do CDS e informa que irão votar favoravelmente o regulamento. Contudo, quis deixar um apelo, ou seja, de que este debate conjunto de ideias com a representatividade de todos e com o contributo de todos se repita para situações futuras que precisem de ser discutidas. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que não última sessão não se manifestou em relação a este assunto, porque à partida estaria relativamente confortável com um documento que, para si, garantia a necessária profundidade e flexibilidade para tomar decisões nesta matéria, quer por este Executivo quer por outro qualquer. Entretanto, reparou mais tarde que passou para o exterior a sensação de que tinha havido aqui divergências. O senhor Deputado não ficou com essa sensação, nem aqui nem nas reuniões posteriores, houve sim uma grande convergência da parte da maioria e, depois, na discussão de quem quis apresentar propostas de alteração, que foi só um dos partidos aqui representados. Posto isto, ainda bem que se chegou a um consenso, e o CHEGA também votará favoravelmente o regulamento, e felizmente que houve propostas que não avançaram, porque do ponto de vista do senhor Deputado pareciam demasiado ideológicas. Não interessa entrar em detalhes, mas havia ali questões que chocam com as posições do CHEGA e que não gostaria de ver refletidas neste documento para não condicionar futuros Executivos. Ainda bem que essas propostas não avançaram e que se mantem a flexibilidade que é necessária a este documento. A flexibilidade está lá, agora é uma questão de bom senso para aplicar o que está em situações concretas. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por se congratular pela forma como decorreu a reunião e como se conseguiu chegar a algum consenso. Efetivamente existem Municípios aqui ao lado que têm regulamentos de atribuição de subsídios ligeiramente diferentes, desde logo, porque englobam nesses regulamentos associações desportivas que o Município de Vagos excluiu deste documento. As associações desportivas têm competências próprias e legislação própria o que os obriga a ter, nomeadamente, esses limites que estavam a ser propostos incluir neste regulamento pelo Partido Socialista e, por isso, em boa hora, que chamaram a atenção para isso e, em boa hora, que o Partido Socialista aceitou retirar essa proposta por forma a chegar a um consenso. Agora, há uma grande diferença desta questão da boa hora que é, por um lado, o aproveitamento político para se fazer crer às pessoas que se

esteve a trabalhar e que efetivamente se fez uma alteração profunda ao regulamente, mas não, o que se fez foram algumas pequenas alterações que contribuiram para a melhoria do documento. Certamente, que depois de ser aprovado ele terá pontos a serem melhorados. No entanto, há uma sugestão que o senhor Deputado deixa, e manifesta a disponibilidade do grupo municipal do PSD, para participar sempre em grupos de trabalho de melhoramento de regulamentos ou de outros documentos que sejam enviados à Assembleia Municipal e esse trabalho pode ser feito antes da realização da sessão. Os membros recebem a documentação com algum tempo de antecedência e, depois, contactados os grupos municipais evita-se esta fantasia política para que as pessoas pensem que há um partido que trabalha mais que os outros e que efetivamente vem sugerir propostas que no final de tudo se resumem a pequenas alterações. O senhor Deputado fica satisfeito por se ter chegado a este consenso. -----

----- Victor Neto – O senhor Deputado Victor Neto usou da palavra e referiu que se abriu aqui um precedente grave, isto é, se todas as vezes que um partido vier aqui insinuar que é preciso fazer muitas modificações àquilo que se apresenta aqui vão realizar-se reuniões atrás de reuniões antes que se decida alguma coisa de concreto. O senhor Deputado considera que não é o correto estar a insinuar que se tem de alterar tudo, e que está tudo mal, para depois, afinal, ficar tudo igual e faz votos que isto seja rapidamente publicado em Diário da República, porque as associações precisam deste instrumento. O senhor deputado manifestou a preocupação de uma das associações do Concelho, de saber, porque agora passa a ser possível pedir apoio a qualquer altura do ano, se quando for pedido o apoio já houver esgotamento de orçamento para a rubrica o que é que acontecerá. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente usou da palavra e em resposta ao senhor Deputado Victor Neto referiu que se a rubrica já estiver esgotada pode-se proceder a uma alteração orçamental de reforço. Depende da situação, da urgência e da necessidade, ter-se-á de fazer a devida análise. Isso já é feito hoje em dia, com o regulamento que está em vigor que é mais rígido do que este. Este permite ter-se aqui uma maior flexibilidade para além de facilitar a vida às associações. A pedra de toque deste regulamento foi facilitar a vida às associações e tornar o processo mais fácil, porque a câmara Municipal tem a perfeita consciência que as pessoas que estão envolvidas nas associações são pessoas que o fazem de forma voluntária e que tem muitas das vezes dificuldades em lidar com as novas tecnologias. O regulamento anterior teve as suas virtudes, e a grande virtude que teve foi ter regulamentado aquilo que anteriormente não o era para que as pessoas saberem com aquilo que podem contar. A Câmara Municipal tem um regulamento específico para as associações desportivas, por isso é que essas não são contempladas neste regulamento. Quanto à questão das convergências e divergências, dos debates e da democracia, este é o local ideal para se discutir. É aqui que se discute, esta é a sede máxima da democracia no Concelho de Vagos, a Assembleia Municipal. Alguns poderão dizer que há questões que são mais difíceis de discutir nas sessões da Assembleia Municipal, mas foi este Executivo, e os Executivos anteriores que o senhor Presidente presidiu, que abriu a possibilidade de reunir antes para se discutir, por exemplo, documentos como a prestação de contas ou os orçamentos municipais. No

entanto, às vezes o que acontece é que não se discute o que se devia nas reuniões e depois vem-se para aqui com alguns artifícios políticos para complicar. Em relação a este regulamento as alterações que aqui estão não são substanciais, não ferem nada daquilo que eram os princípios que a Câmara Municipal estabeleceu quando elaborou o documento e trouxe aqui para aprovação. Algumas das alterações que aqui surgem têm a ver com o português, alterações essenciais são muito poucas, houve apenas uma que o senhor Presidente considera substancial. O senhor Presidente continua a dizer que o documento, e as suas alterações, podia ter sido discutido aqui na última sessão ou entre o período em que os membros recebem a documentação e a realização da sessão, se houver esse interesse em discutir antes. Agora, não se pode é passar as discussões dos temas que importa para uma reunião á porta fechada e chega-se aqui e vota-se por unanimidade. Isso, para o senhor Presidente, não é a democracia que gostasse de ver no seu Concelho. Tem de se discutir aquilo que for necessário discutir à porta fechada e discutir aqui as questões programáticas, ideológicas, etc., e é isso que se faz aqui. O senhor Presidente está hoje muito confortável com este regulamento como esta há quinze dias atrás com o regulamento que veio aqui. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que ficou na dúvida de qual era a posição do grupo municipal do PSD, se era a do senhor Deputado Victor Neto se era a do porta voz Nuno Moura, e sobre a abertura, ou não do PSD para discutir. Pareceu-lhe que havia essa abertura, mas logo a seguir vieram chamar à atenção para o precedente, não se pode discutir porque torna as decisões muito difíceis de tomar. Entretanto, referiu que foi por iniciativa do Partido Socialista que ficou claro que não é possível atribuir um subsídio para pagar impostos em atraso ou dívidas à segurança social, porque é ilegal. Depois, em relação a questões ideológicas o senhor Deputado leu a proposta feita pelo grupo municipal do PS. *“Nós entendíamos que deviam ficar nos princípios que as candidaturas fossem promotores com valores ambientais, cívicos, humanistas e filantrópicos.”* O senhor Deputado percebe bem que esta seja uma questão ideológica, e que haja muitos que não concordem, mas a matriz do Partido Socialista é esta e vai continuar a defendê-la com muita honra. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que o PSD sempre teve abertura para discutir todos os documentos que são trazidos à Assembleia Municipal. Entretanto, referiu que está de acordo com o que foi dito pelo senhor Deputado Sidónio Sansana, porque quando abriu o Jornal O Ponto ficou na dúvida se tinha estado nessa Assembleia Municipal. O senhor Deputado lamenta profundamente quando se fazem algumas notícias e não se diz o que se passa aqui. Sobre esta matéria dizia que senhor Deputado Óscar Gaspar tinha apresentado um requerimento à Mesa para retirar o ponto, com algumas incongruências no regulamento. Depois desta revisão, quais são as incongruências? Perguntou. E depois não referiu, por exemplo, que o senhor Deputado Óscar Gaspar reconheceu que havia uma alínea que não estava correta e acabou por retirar o requerimento. O senhor Juan Carlos entende que quando se faz um artigo para as pessoas lerem não dever conter uma notícia parcial. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente voltou a usar da palavra para esclarecer o senhor Deputado Óscar Gaspar que os regulamentos municipais não ultrapassam o carácter obrigatório que deriva da lei. O senhor Presidente não é jurista, mas não é preciso ser jurista para saber isso. O facto de se ter colocado o nº5, do artigo 6º, no regulamento, é uma redundância, porque se há impedimento por lei a questão do regulamento é irrelevante. Isso não interessa a ninguém, é inócuo e está aqui porque o PSD, apesar de ter uma maioria substancial nesta Assembleia, está sempre aberto ao diálogo desde que as discussões sejam profícuas e não estar duas horas a discutir se é para colocar nos documentos questões que já derivam da lei. -----

----- Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios às Associações, com as alterações introduzidas ao Projeto de Regulamento a que se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 20/01/2022, conforme consta da versão final, que se dá aqui como inteiramente reproduzida e ficará arquivada em anexo à ata da presente sessão. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – AÇÃO SOCIAL – NÃO ACEITAÇÃO EM 2022;** -----

----- Sobre este assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 03/03/2022, que propõe à Assembleia Municipal a prorrogação do prazo de Não Assunção, no ano de 2022, das competências no domínio da Ação Social, constantes do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, com fundamento na proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 23/02/2022. –

----- O Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos pontos cinco e seis, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. ----

----- Óscar Gaspar – o senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que já aqui foram discutidas várias vezes estes temas e tem dito sempre a mesma coisa, e repete, o que está aqui em causa, desde logo, é que esta Câmara Municipal não quer, não gosta, da descentralização de competências. Neste sentido, sistematicamente, as propostas que traz a esta Assembleia é para não aceitar. Esta transferência da Ação Social já aqui foi discutida e a percepção com que o senhor Deputado ficou, por ventura erradamente, é que o que estava em causa era uma questão de valores, que a Câmara entendia que o cálculo que tinha sido feito pelo Governo ficava muito aquém das necessidades desta área em Vagos e, por isso, não era possível assumir esta competência pelo valor apresentado. Agora, a surpresa, é que nesta justificação que é apresentada, esta questão caiu. O senhor Deputado questiona se neste momento ainda está em causa a questão do valor, se o valor é relevante, se a Câmara tem algum valor que possa dar como sendo indicativo que num diálogo franco e aberto com o governo possa ser aceitável para se poder ter esta competência. O que se está aqui a dizer é que não se aceita agora, mas ir-se-á aceitar daqui a menos de um ano. Obviamente, o Município tem de estar preparado para esta competência. Entretanto, há uma outra questão que suscitou aqui alguma perplexidade é que

desta vez a justificação da Câmara vem também no sentido de que não foi constituída a comissão de acompanhamento e até vem aqui transcrita uma declaração do Diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro. Para o senhor Deputado é um pouco estranho, porque tanto quanto se sabe esta comissão está em condições de ser acionada, de ser constituída e começar a trabalhar, desde que as Autarquias deem indicação de que vão aceitar esta delegação de competências. Tanto é assim que no caso de Sever do Vouga e no caso de São João da Madeira o processo avançou. As Autarquias aceitaram e a comissão está a funcionar e está a trabalhar em pleno, quer na Segurança Social como nas Autarquias. Embora apareça até sublinhado, supostamente será a frase com a melhor justificação da Câmara, que esta comissão tem de ser constituída previamente ao início do exercício das competências. Dar a ideia aqui que o ónus do atraso é, de alguma forma, de outros aquilo que é dado a saber ao senhor Deputado é que não é assim. A Câmara Municipal está no seu legítimo direito de dizer que não quer assumir as competências, assim como o grupo municipal do PS entende que faz sentido assumir as competências com condições, no entanto de clarificar que a razão é financeira e não com a questão de que tenha a ver com o atraso de quem quer que seja neste processo. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que a questão que pretende ver esclarecida prende-se com a comissão de acompanhamento, ou seja, se já há desenvolvimentos sobre a mesma, se já foi criada, e se foi, qual o ponto de situação neste momento. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra para reforça que a forma como se escreve, a forma como se lê e a forma como se interpreta muitas vezes influência nestas questões. O Decreto-Lei 55/2020, de 12 de agosto, que não foi certamente elaborado por este Executivo Municipal, ele considerava transferida para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais a partir de um de abril de dois mil e vinte e dois esta competência. Com a alteração que foi introduzida a este Decreto-Lei vem o Governo permitir que esta competência possa ser assumida até um de janeiro de dois mil e vinte e três, com a seguinte justificação: “os *municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das mesmas.*” Quer, portanto, o Governo dizer com isto que está muito preocupado com o Município de Vagos que não reúne as condições para assumir estas competências, quando na realidade aquilo que está aqui em causa é o que já se viu para as outras questões todas para traz. O Governo é que ainda não tem o processo devidamente desenvolvido e encaminhado para poder assumir estas transferências de competências, nomeadamente aquilo que vai transferir e qual a verba que está associada a essa mesma transferência. O grupo municipal do PSD está perfeitamente de acordo com a deliberação da Câmara Municipal de, para já, não assumir esta delegação de competências. Por outro lado, não se compreende como é que é possível vir aqui dizer que o Município de Vagos não quer assumir delegação de competências e está contra a transferência de competências, quando na realidade aqueles que o Município entendeu já reunir as condições para serem assumidas foram assumidas e ainda hoje aguarda que o Governo Central passe para o Município de Vagos o domínio sobre a EN 109, para que possa ser reparada. O senhor Deputado Nuno Moura gosta de

ouvir o senhor Deputado Óscar Gaspar dizer aqui porque razão é que o Município de Vagos não pode ainda intervir na EN 109, isso é que era importante e os senhores do grupo municipal do PS até tem contacto privilegiado com o Governo. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da câmara usou da palavra e disse que parte do que ia responder ao senhor Deputado Óscar Gaspar, já foi respondido pelo senhor Deputado Nuno Moura. As competências que o Município quer assumir o Governo não as quer passar, e continua a aguardar, e gostava de ter uma resposta para isso. Enquanto que na Ação Social o serviço está a ser feito na gestão da EN 109, por exemplo, há muita coisa por fazer e que a Câmara Municipal não pode fazer porque não tem a competência. E o Município continua a aguardar por autorizações, como por exemplo a rotunda do Lidl, primeiro do IP e agora já está no IMT. Está há pouco tempo no IMT, mas esteve muito tempo no IP, para que fosse dada autorização à Câmara Municipal para que o Lidl fizesse a rotunda. Na área da educação Vagos foi dos primeiros Municípios a receber a competência, perfeitamente conscientes que o valor que iria receber para a transferência não chegava para fazer face às despesas que existem nesse setor. Mas, ainda assim, nem sequer foi a questão financeira que impediu que Vagos fosse dos primeiros a assumir essa competência. A Câmara Municipal assumiu nos dossiers onde existe algum trabalho, e na área da educação foi feito algum trabalho, até pelo próprio Ministério, na altura, posteriormente com a Direção Regional da Educação do Centro, foi feito esse acompanhamento. Ainda esta semana o senhor Presidente manifestou disponibilidade à senhora Secretária de Estado da Educação para que a transferência na área da Educação também abrangesse a EPADRV, pois considera ridículo não ter ficado incluída. O que a Câmara Municipal não pode aceitar, e a posição do senhor Deputado Óscar Gaspar é uma posição ideológica, só de defesa do Partido Socialista, é não se pensar no interesse do Município. A primeira vez que se falou aqui no assunto nem resposta houve por parte do Governo para as questões que diziam respeito à parte financeira. O primeiro e-mail para convocar a comissão de acompanhamento é do dia vinte e dois de dezembro. A comissão de acompanhamento não é constituída após a decisão da transferência da competência, ela já está constituída, está a trabalhar e está a trocar informações. Este até é um entendimento generalizado, ou seja, a própria Segurança Social entende como vantajosa que esta transferência só se faça no final do ano, e faz-se no final do ano porque o Município é obrigado por lei. O Município aceita algumas competências, e aceitará todas porque a lei assim o obriga, mas não é, por exemplo, como está a ser feito na área da saúde, onde querem que a Câmara Municipal assine um auto de transferência que nem sequer foi discutido com os Municípios. Está a ser ponderada qual será a ação que se poderá tomar relativamente à transferência de competências na área da saúde onde nem sequer há informação. Ora, se não há informação como é que a Câmara Municipal pode propor a esta Assembleia municipal que aceite algo que não tem informação. Na área da educação, mal ou bem, havia informação e havia perfeita consciência que se estava a assumir uma competência que iria custar a todos alguns milhares de euros por ano. O Município rá assumir esta competência, que é tão importante para os municípios, mas far-se-á a assunção da mesma quando houver mais informação daquilo que se terá de fazer, daquilo que é

pedido e aquilo que vai passar a ser exigido, mas também dos instrumentos que haverá para colocar em cima deste dossier. -----

----- Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com dois (2) votos contra, do grupo municipal do PS, não assumir no ano de 2022 as competências no domínio da Ação Social. -

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA – APOIO FINANCEIRO PARA INVESTIMENTOS – 2022/2025;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 02/03/2022, aprovada pela Câmara Municipal, na reunião de 07/03/2022, que propõe à Assembleia Municipal a atribuição de apoios financeiros para as freguesias, destinados a investimento, com referência ao mandato 2021-2025, bem como a aprovação da minuta do respetivo contrato interadministrativo. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara pediu autorização à Mesa para ser o senhor Vice-Presidente a fazer a apresentação deste ponto e do ponto seis em conjunto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal - o senhor Vice-Presidente fez uma breve apresentação dos pontos cinco e seis, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. ----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que fica contente por se notar que esta passagem de gestão e manutenção de espaços verdes na praia da Vagueira da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia da Gafanha se traduziu numa otimização de custos. Quanto à outra parte, o aumento da eficiência, o senhor Deputado assume o seu conflito de interesses, com a condição de residente, mas já se notou que é evidente. A sugestão, aquilo que parece ao senhor Deputado, é que se esta delegação de competências for replicada em relação à gestão de espaços verdes, se depois se fizer isso para o varredor, para o cantoneiro, para o pedreiro, para o electricista se calhar o aumento de eficiência e a relação de custos são multiplicados por cinco. Na prática isto significa que se calhar o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora terá de ser menos o Senhor Silvério Regalado e passar a ser mais o senhor Arlindo Neves. Entretanto, deixou uma sugestão, ou seja, se a Junta da Gafanha da Boa Hora tiver um electricista pode pegar nele e ir ao Parque de Autocaravanas da Praia da Vagueira e ver se, de uma vez por todas, põem aquilo a funcionar, porque os serviços camarários parece que não dão conta do recado. Tal como os Executivos Camarários gostam de, efetivamente, ter a delegação de competências do Governo Central também será positivo se estes delegarem competências nas Juntas de Freguesia com ganhos de eficiência de custos, desde que acompanhados do envelope financeiro apropriado e com o pagamento a tempo e horas. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e perguntou, tendo em conta estes novos contratos, se o relatório existente neste momento, que estava em vigor, se manterá nesses moldes, se haverá alguma alteração ou se será potencializado o seu conteúdo,

para eventualmente corrigir algumas das lacunas e dúvidas que foram surgindo durante os mandatos anteriores. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente usou da palavra e, em relação à questão do Parque de Autocaravanas, esclareceu que não há nenhum problema elétrico. É um problema que tem que ver com a sua utilização e a Câmara Municipal há pouco tempo, cerca de duas semanas, reuniu com o Presidente da Federação Portuguesa de Autocaravanistas e percebeu que a metodologia está cerca. As alterações necessárias irão ser feitas, para facilitar o processo do pagamento, mas aquele é o futuro do Autocaravanismo, dito pelo Presidente da Federação Portuguesa de Autocaravanistas. A Câmara Municipal esteve bem e depois desta reunião ficou a certeza absoluta disso. Agora, é um caminho longo, porque o Autocaravanismo era gratuito. Estão a ser criadas condições e poder-se-á ajustar aqui, eventualmente, o valor, mas não é a questão elétrica que está aqui em causa. Relativamente ao ponto, o senhor Presidente está muito satisfeito com o acordo e assumiu no mandato passado que houve um ano em que a Câmara Municipal não esteve bem, do ponto de vista financeiro, no cumprimento das suas obrigações com as Juntas de Freguesia, mas obviamente que as coisas melhoraram e a partir daí começou a haver um caráter de maior regularidade e de maior assertividade no pagamento às Juntas de Freguesia. Este acordo, que agora terá de ser aprovado pelas Juntas e pelas Assembleias de Freguesia, estará em acordo retroativamente ao dia um de janeiro de dois mil e vinte e dois. Quanto à questão do relatório é uma das alterações que está prevista. A parte financeira tem sempre que existir, o mapa do excel, até porque o princípio que está subjacente à transferência dos jardins da praia da Vagueira para a Junta de Freguesia, que é também o princípio económico, ou seja, tem que haver poupança na transferência de competências, isso terá ser válido também para outras competências que já estavam no mandato passado e continuarão a estar. Entretanto, haverá uma parte complementar mais descritiva, porque o excel, só por si, não é percebeu-se que não é suficiente, e é isso que se tem de fazer, melhorar os aspetos que se entende, e o contributo que deu o senhor Hugo Santo, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, foi muito importante para melhorar o documento, foi dado a tempo e horas e foi incorporado no acordo e não houve nenhuma quanto à sua aceitação. Portanto, ter-se-á de fazer uma síntese daquilo que se fez e juntar ao documento de excel, que passará a não ser tão descritivo porque terá uma parte com essa informação. Obviamente, neste mandato haverá melhoria em relação àquilo que foi a metodologia de trabalho no mandato anterior. -----

----- Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a proposta apresentada. -----

----- Durante a discussão do ponto ausentaram-se da sala os senhores Deputados Rodrigo Capelo e Xavier Prior Neto, não tendo participado na votação. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SEIS: ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – 2022/2025;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 02/03/2022, aprovada pela Câmara Municipal, na reunião de 07/03/2022, que propõe à Assembleia Municipal a aprovação dos Acordos de Execução de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos termos da minuta anexa a essa proposta, com referência ao mandato 2021-2025. --

----- Deliberação: - A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a proposta apresentada. -----

----- Durante a discussão do ponto ausentaram-se da sala os senhores Deputados Rodrigo Capeloa e Xavier Prior Neto, não tendo participado na votação. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SETE: VAGOS METAL FEST – PROTOCOLO 2023-2026;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 07/03/2022, que aprova a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 02/03/2022, e respetiva minuta do Protocolo para a realização do Festival Vagos Metal *Fest*, nos anos de 2023 a 2026, e submete à Assembleia Municipal a aprovação da correspondente repartição plurianual dos encargos. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos pontos cinco e seis, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. ----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS irá votar favoravelmente este ponto. A imagem do Vagos Metal Fest confunde-se com a Câmara, isto é, é um projeto interessante que no início foi visto como um festival que podia trazer alguns dissabores, pelas pessoas que o frequentam, mas tem corrido muito bem. Vagos devia ter mais eventos como este. Em relação à duração do contrato a regra devia ser a duração do mandato autárquico, no entanto, devido à especificidade aqui referida pelo senhor Presidente, com o qual concorda, para que não haja interrupções e para que as coisas que são boas continuem, aceita as condições. O Festival é uma imagem de marca de Vagos e ficariam todos um pouco mal vistos se, por acaso, alguma situação menos positiva houvesse um ano que fosse interrompido. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que o modelo de gestão de investimento cultural que aqui está parece ser o ideal. O Vagos Metal Fest tem o necessário apoio do Município, como já foi referido, mas essencialmente o risco financeiro fica por conta de um privado. O que o senhor Deputado deseja a esse privado é que possa ter os lucros suficientes. Está-se a falar de um evento que projeta o nome do Município, tem o nome do Município no nome, faz mexer a economia local durante o curto período em que decorre e é reconhecido no meio do Metal, associado imediatamente a Vagos. No entanto, haverá com certeza outros projetos culturais que projetam menos o nome de Vagos, geram menos retorno e serão, talvez, mais caros para o Município do que este. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que o grupo unicipal do PS gosta do Vagos Metal Fest e gosta que o festival decorra em Vagos. Por outro lado, cabe à

Assembleia Municipal fiscalizar esta opção que é aqui trazida hoje e do que se ouviu até agora parece que não se está a falar do que é apresentado. Ao contrário do que o senhor Presidente de Câmara disse aqui este ponto não é sobre manter o festival, este ponto é sobre contratar uma empresa por, no mínimo, quatro anos e assegurar esses serviços, e esse é que é o ponto que se está aqui a discutir. O grupo municipal do PS tem algumas dúvidas em relação a esta proposta, razão pela qual agradecia que a Câmara Municipal pudesse explicar várias vertentes. Primeiro, é o facto de se tratar de um contrato plurianual que no entender do PS merecia um argumentário um pouco mais sustentado, que fosse para além desta ideia de que é a empresa que já faz o serviço. O senhor Deputado perguntou se houve mais alguma empresa contactada para apresentar proposta. Todas as pessoas entendem a importância que isto possa ter, as empresas dariam um plano e um orçamento e a Câmara avaliaria melhor a bondade da proposta apresentada aqui hoje. O senhor Deputado tem conhecimento que há muitas empresas neste mercado e que fazem estes projetos com chave na mão ou que o fazem através de subcontratações e, portanto, há imensas empresas a quem poderia ter sido pedido um orçamento. Relacionado com este ponto importa também saber se a Câmara Municipal analisou a possibilidade de pessoas do Município poderem fazer parte da organização desta ação, seja através dum modelo chave na mão seja através do modelo de subcontratação, sendo que a empresa que se propõe que seja contratada também o faz. Segundo, parece de facto imprudente, na linha do que já foi aqui dito, que se proponha um contrato tão longo nas atuais circunstâncias, nem só tendo em conta as condições sanitárias, que se vivem hoje em dia, mas também as condições económicas, sendo que seria mais prudente que se fizesse um contrato por dois anos, uma vez que daria tempo de se organizar o festival, de acordo com informações de entendidos com quem o senhor Deputado falou. Claro que em todos os contratos há cláusulas, caso as coisas corram mal, para uma eventual rescisão de uma das partes. Mas, já todos aprenderam que há casos que são juridicamente muito difíceis de gerir e, portanto, o senhor Deputado considera que neste caso poder-se-ia ser um pouco mais prudentes. Por isso, a longevidade do contrato parece, de facto, um problema. Em terceiro, esta questão que falou levanta outro ponto, que parece ainda mais desnecessário que é a possibilidade de renovação automática. O Município tem trabalhado com esta empresa, sugere que esta empresa continue por mais quatro anos e que possa renovar por mais quatro anos, e assim sucessivamente. É excessivo, não é necessário e não é do interesse público e não teria que estar neste contrato. Em quarto lugar, o senhor Deputado acompanha o festival desde o início, porque gosta, conhece bem as suas origens, sabe bem quem teve o mérito da ideia de trazer um festival desta natureza para Vagos e, no seu entender, seria justo manter os fundadores envolvidos nesta iniciativa. Neste sentido, pergunta o que é que a Câmara Municipal tem a dizer sobre isto. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões colocadas e começou por referir que o senhor Deputado Bruno Julião se deve ter informado com pessoas que não estejam bem por dentro, pelo menos, deste evento em particular. Caso se tenha informado com pessoas que esta por dentro deste evento, em particular, essas pessoas deram-lhe informações que não serão corretas. O protocolo é muito claro, o que

esta Assembleia municipal vai aprovar, desresponsabilizando totalmente a Assembleia daquilo que for o ato formal da contratação que está prevista na aprovação do protocolo que foi aprovado em sede de reunião de Câmara, a Assembleia Municipal vai aprovar a autorização para a despesa plurianual. O protocolo já foi aprovado em sede de reunião de Câmara, devidamente fundamentado, nomeadamente na alteração que foi feita ao Código dos Contratos Públicos, nº 1, alínea e), na sua alínea i) do artigo 24º, que refere expressamente e de forma exemplificativa que “o ajuste direto, independentemente do valor, se aplica a todos os bens serviços ou obras conexos com espetáculos, criação, execução, interpretação. Materiais, equipamentos, transportes, produção, realização, divulgação, etc.” Do ponto de vista legal não há dúvida nenhuma que se pode utilizar este procedimento. Depois há outra questão, que é saber se o promotor teria interesse em fazer isto ano a ano, ou quer uma estabilidade para saber aquilo que vai fazer e de forma prolongada ao longo do tempo. Ninguém diz aqui que se tem de renovar o contrato. Aliás, está bem especificado que não se renova o contrato. Não faz sentido ser por dois anos, porque se este Executivo Municipal está aqui por quatro anos e por este período vão fazer o festival. Se a Câmara Municipal trouxe-se aqui um contrato de dois anos, com a renovação por mais dois, aí é que estaria a enganar esta Assembleia Municipal. A Câmara Municipal de Vagos vai quer fazer este festival durante quatro anos. No dia em que o Vagos Open Air decidiu unilateralmente, porque não havia esta segurança, deu muito trabalho ao senhor Presidente de Câmara de arranjar quem substituísse, para que não houvesse nenhum ano sem o festival de Heavy Metal em Vagos, e conseguiu. Com muito trabalho, a Câmara Municipal conseguiu trazer este promotor, porque mais ninguém quis, e o senhor Presidente bateu a muitas portas, desde os maiores produtores de espetáculo a nível nacional até às pessoas de Vagos que estiveram envolvidas no início deste processo. Portanto, o senhor Presidente entende, assim como todo o Executivo Municipal, e agora é uma decisão da Assembleia Municipal, que este promotor deve ter uma estabilidade para quatro anos para programar a sua vida, programar candidaturas, por exemplo e trabalhar das mais diferentes formas. A Câmara Municipal quer assegurar que o Município não perca a meio do caminho este festival. O senhor vê nesta Assembleia uma maioria alargada de consenso em relação à questão dos quatro anos. Do ponto de vista legal está tudo bem, do ponto de vista do objetivo que o Executivo tem vê-se aqui uma maioria genericamente alargada sobre isto, e é o que faz sentido e permite que o próximo Executivo, se não quiser continuar com o festival, não renove contrato. Este evento é uma marca do Município de Vagos e faz sentido que se mantenha, pelo menos nestes próximos quatro anos. -----

----- Bruno Julião – O senhor deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e mais uma vez insistiu, porque está-se aqui a dar a ideia de que o assunto é manter o festival, que o que está aqui em causa é a autorização de uma despesa que decorre de uma contratação de uma empresa. O senhor Deputado voltou a perguntar se houve mais alguma empresa contactada, a quem é que foram pedidas propostas e se o senhor Presidente está disponível para retirar a possibilidade de renovação automática por mais quatro anos. -----

----- Nuno Moura – o senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que para além de vir aqui manifestar a posição do grupo municipal do PSD, que obviamente é favorável à realização deste evento, e que corrobora as intervenções feitas pelos grupos municipais do CDS e do CHEGA, reforçando que este é um evento marcante que leva o nome de Vagos além-fronteiras. No entanto, quis vir aqui esclarecer que as intervenções do senhor Deputado Bruno Julião confundem um pouco, porque ele vem aqui com toda a certeza quase que a explicar a todos os que é que se está aqui a discutir. Realmente, não se está a discutir a manutenção do evento, não se está a discutir a empresa que vai realizar o evento e não se está a discutir o valor que está em causa. O que compete a este Assembleia é aprovar, ou não, a despesa plurianual e os membros não estão sequer em condições de propor alterações ao documento que já foi aprovado pela Câmara Municipal e que é da competência desta. Portanto, estar aqui, mais uma vez, a tentar fazer disto um “cavalo de batalha”, e tentar estar aqui a fazer propostas, quando na realidade não é isso que se está aqui a discutir. Esta Assembleia Municipal apenas tem que autorizar esta despesa plurianual ou não. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e referiu que se o contrato fosse anual nem sequer tinha necessidade de vir à aprovação da Assembleia Municipal, era feito o expediente normal da Câmara Municipal. O senhor Presidente até estaria disponível para rever o protocolo se ele não dissesse na cláusula 6ª que “*o presente contrato vigorará por quatro anos, renovando-se após essa data por iguais períodos.*” Depois no nº2 diz “*qualquer das partes pode denunciar o protocolo a todo o tempo com base no relatório de avaliação referido na cláusula anterior. A denúncia referida no número anterior aparece mediante comunicação escrita efetuada no prazo de noventa dias após a realização anual do evento.*” Portanto, pode renunciar-se a qualquer altura, basta que as coisas não sejam cumpridas, tal como eles também podem renunciar caso a Câmara Municipal não cumpra. No último ano, se o festival for feito em agosto o Executivo que vier a seguir terá tempo de renunciar o protocolo. Mesmo que se pudesse rever esta cláusula o senhor Presidente considera que não faz sentido revê-la, porque só renova automaticamente se não houver rescisão. Em relação à pergunta se a Câmara Municipal contactou outras empresas o senhor Presidente já havia respondido que quando “*ficámos na mão*” contactou várias empresas e só esta aceitou, obviamente, que esta empresa tem que ter a estabilidade de continuar a realizar este festival, porque caso contrário vai-se embora. Estes festivais não se realizam com a mudança de promotores de um ano para o outro, eles ganham consistência é sendo realizados pelo mesmo promotor. Como é óbvio, caso se contratasse outro promotor estar-se-á a perder muita coisa, porque seria começar da estaca zero e isso não faz nenhum sentido. -----

----- Deliberação: - A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas (2) abstenções, do grupo municipal do PS, aprovar a repartição plurianual dos encargos respeitantes ao Protocolo para a realização do Festival Vagos Metal Fest, nos anos de 2023 a 2026. -----

----- Durante a discussão do ponto regressou à sessão o senhor Deputado Xavier Prior Neto, tendo participado na votação do mesmo. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO OITO: MUSEU DO BRINCAR – MUNICIPALIZAÇÃO.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 07/03/2022, que propõe à Assembleia Municipal a aprovação da minuta do Contrato respeitante à municipalização do Museu do Brincar. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos pontos cinco e seis, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. ----

----- Óscar Gaspar - O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o grupo municipal do PS é muito favorável ao Museu do Brincar, apoia muito esta marca e esta atividade que existe em Vagos e que é muito importante em termos de cultura e de envolvimento das crianças do Concelho e de quem visita Vagos. Agora, este ponto da ordem de trabalhos não é sobre isto e sim sobre um negócio. E sobre o negócio, o senhor Presidente da Câmara já o disse, o Partido Socialista na passada sexta feira pediu uma série de esclarecimentos adicionais, que foram enviados, e desde já agradece, que permitiram esclarecer uma série de pontos. No entanto, há uma série de outros pontos que continuam a ser para o PS algo difíceis de compreender, desde logo, o Grupo Cénico Arlequim, curiosamente não aparece o número de contribuinte no protocolo que enviaram. Durante o dia de hoje o senhor Deputado tentou em duas bases de dados nacionais conhecer as contas e os relatórios e aquele número de contribuinte não aparece como válido nos últimos tempos. O documento ser assinado por uma pessoa do Conselho Fiscal também não é normal. Normalmente o Conselho Fiscal não intervém em áreas que tem a ver com a gestão. Também suscitou ao senhor Deputado alguma apreensão, surpresa, desde logo, o facto do Grupo Arlequim ter sede no palacete Visconde de Valdemouro. Não tinha conhecimento que a Câmara Municipal tinha cedido espaço como sede de uma associação. O que está aqui em causa é uma compra do acervo que a Câmara Municipal diz que vale duzentos e sessenta e cinco mil euros, ou que quer comprar por este valor. Primeiro ponto, não há nenhuma avaliação e o que diz o documento que foi enviado é que em termos monetários “*não tem valor comercial*” e o senhor Deputado pergunta se através de um Revisor Oficial de Contas e daquilo que são os próprios serviços da Câmara Municipal não era possível ter uma avaliação mais específica. Além da questão da Câmara Municipal ir comprar este acervo por duzentos e sessenta e cinco mil euros nenhum dos membros desta Assembleia sabe qual é o acervo. O senhor Presidente há pouco falou em doze mil e quinhentas peças, mas se entrarem no site do Museu do Brincar fala em vinte e duas mil peças. A questão é onde é que estão as outras nove mil e quinhentas, onde é que ficam. Entretanto há outra componente, a Câmara Municipal compra o acervo, o Museu mantém tal qual está, a câmara para além daquilo que paga hoje pagará os funcionários e paga, depois, a uma determinada entidade para fazer o acompanhamento técnico. O senhor Deputado tem dúvidas se é possível a Câmara contratar um serviço de assistência técnica, que é o que está em causa, dizendo que é um subsídio que vai pagar a uma associação, e, por isso considera que há aqui uma

subversão daquilo que é um subsídio e do que é uma prestação de serviços e, portanto, não há o mínimo de cumprimento das questões de contratação pública. Dito isto, este projeto não está sequer no plano estratégico do Município e, com toda a franqueza, para acreditar que a Câmara vai fazer um bom negócio só mesmo se acreditar no Pai Natal. -----

----- Sidónio Sansana – o senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que o Museu do Brincar é giro e as crianças adoram. Quem educa as crianças lá em casa também sabe que se estas pedem brinquedos demasiado caros, acima do nível de vida, não se dá. O que está aqui em causa é o custo deste negócio, são duzentos e sessenta e cinco mil euros para comprar algo do qual não se conhece um inventário ou valor, são setenta mil euros/ano, aproximadamente, de um valor de subsídios atribuído, que vai deixar de ser subsídio, mas que provavelmente passa a ser custo corrente da Câmara. Entretanto, vão ser umas dezenas de euros na adaptação na futura localização provisória, no Mercado Municipal, que foi anunciada pelo próprio museu do Brincar. O espaço não tem condições vai ter que sofrer obras de remodelação. É muito dinheiro, pode chegar-se a valores na ordem dos quatrocentos/quinhentos mil euros este ano, tirando os custos anuais subsequentes, para algo que não estava sequer mencionado no orçamento para dois mil e vinte e dois e que foi discutido aqui há dois meses. No fim de tudo isto, o senhor Deputado questiona como é que vai aparecer este dinheiro, será do aumento de dívida? Cada um tem as suas prioridades, com este dinheiro compravam-se, por exemplo, dois autocarros e gastavam-se setenta mil euros a manter uma frota de transportes municipais a funcionar. -----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS é favorável a municipalização do Museu do Brincar, é um bom caminho, e peca por tardio. No entanto, não é favorável a uma municipalização a qualquer preço, na medida em que se está a atribuir um valor quando não existe um catálogo. O Museu do Brincar no seu site fala em vinte e duas mil peças e aqui está-se a falar em doze mil peças, há aqui qualquer coisa que não bate certo. O senhor Deputado perguntou porque é que não foi contratado um serviço de inventário para avaliar cada peça, ou um serviço desta natureza, para que houvesse um trabalho mais profícuo e mais perfeito. Questionou, também, qual o quadro de pessoal que a municipalização vai trazer. É importante saber-se destes custos. Há um quadro de pessoal na Câmara Municipal, como é do conhecimento de todos, mas a verdade que todos estes projetos acarretam mais despesas e os dinheiros são parcos, e os próximos anos ainda mais e, portanto, convém saber o que é que se está aqui a negociar. Na opinião do senhor Deputado tem-se aqui um conjunto de interrogações que fazem todo o sentido serem esclarecidas e, por isso, defende que este ponto seja retirado da ordem de trabalhos e discutido noutra altura. -----

----- Sérgio Martins – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que gosta de continuar a acreditar no Pai Natal, e Vagos até tem um certificado, e ficou muito contente porque finalmente se consegue ver “*a luz ao fundo do túnel*” de algo que já foi anunciado há algum tempo, quando se começou a pensar no projeto de requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro, o que o deixa muito orgulhoso, por sentir que finalmente Vagos terá algo que dignifica os seus municípios. Vagos vai ter uma marca, e é isto que também se está aqui a falar, que não tinha até

então. Vagos deixa de ser apenas, e só, projetos e sonhos e vai ter algo concreto. O Museu do Brincar não é apenas o edifício e não são apenas as peças. Há coisas que não têm valor, na cultura, na memória de cada um há coisas que não têm valor. O senhor Deputado não sabe se estas doze mil e quinhentas peças são caras ou são baratas, se calhar até são baratas, mas se trouxerem técnicos especializados para avaliarem o espólio talvez duzentos e sessenta e cinco mil euros não chegam. Esta é a visão amadora do senhor Deputado sobre este assunto. Mas, aquilo que o traz aqui, e quer reforçar, é que finalmente o Concelho de Vagos vai poder contar com uma marca para o poder catapultar ainda mais. As experiências que conhece nesta matéria só pode dignificar o Município de Vagos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal de Vagos – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que a questão principal é perceber se os duzentos e sessenta e cinco mil euros se são muito ou se são pouco. E isso, não há ninguém mais habilitado do que esta Assembleia Municipal para decidir, porque não há ninguém que consiga fazer essa avaliação. As doze mil e quinhentas peças é o mínimo, e foi apurado um número de peças para poder permitir que depois se pudesse fazer a divisão das tranches de pagamento, ou seja, serão cinco mil peças entregues no início, e pagar-se-á 50%, mais cinco mil passado um ano, 25%, mais dois mil e quinhentos passado outro ano e pagar-se-á os restantes 25%. Podem ser as vinte mil peças que estão no site, mas garantidamente que doze mil e quinhentas tem de se ter, tudo o que vier a mais será da Câmara Municipal. E o que se tem de decidir é isso, isto é, se duzentos e sessenta e cinco mil euros é um valor alto ou é um valor baixo para este conjunto de coisas que o senhor Presidente aqui referiu. A Câmara Municipal não contratou um serviço de inventariação das peças, porque esse serviço está a ser feito agora pelos proprietários. As peças vão ser todas catalogadas, fotografadas e referenciadas. O pagamento será feito mediante a entrega das cinco mil peças catalogadas. Em relação à questão do quadro de pessoal, não existe integração de ninguém no quadro de pessoal. A Câmara Municipal tem o seu quadro de pessoal, irá haver um responsável pelo Museu que terá de fazer parte do quadro da Autarquia, que terá controle quer do contrato, de acordo com o Código de Contratação Pública, quer depois da gestão administrativa. E é essa pessoa que ficará responsável pela parte administrativa. Para a componente técnica não há nenhuma contratação, será assegurada pela Associação Arlequim, que existe formalmente, tem número de contribuinte, porque têm sido atribuídos subsídios com esse número, e tem sede num edifício da Câmara Municipal, como quase todas as associações de Vagos. A única garantia que o senhor Presidente dá ao senhor Deputado Óscar Gaspar é que este contrato, que se está aqui a discutir de forma muito aberta, permite passar o espólio para a Câmara Municipal. A Câmara Municipal compra as peças e fica dona das peças e depois fará a gestão das peças conforme entender. Durante quatro anos haverá o apoio da Associação Arlequim. Passados quatro anos a Câmara Municipal pode rescindir e contar com o quadro de pessoal próprio ou contratar uma entidade externa para fazer essa gestão. Este ano, se for aprovada a repartição de despesa como está aqui, serão gastos cento e trinta e dois mil e quinhentos euros, mais algum valor que se venha a aprovar em sede de reunião de Câmara, de acordo com o regulamento aprovado há pouco, para a Associação

Arlequim para esta componente mais técnica, e não os quatrocentos ou quinhentos mil euros que o senhor Deputado Sidónio Sansana falou e que disse poderem servir para adquirirem dois autocarros. Só que os autocarros não se gerem sozinhos, precisam de combustível, e se forem elétricos esse valor é pouco para um, quanto mais para dois, é preciso pagar ao motorista, mudar óleo, pneus, as limpezas. A Câmara Municipal ajudou algumas associações a comprar autocarros e elas, entretanto, já os venderam. Em relação aos transportes ainda hoje se discutiu na CIRA esse assunto em breve será lançado o novamente o concurso dos transportes públicos e o senhor Presidente espera que resolva uma parte dos problemas que aqui foram referidos. Em relação à Municipalização do Museu do Brincar, se o valor é alto ou é baixo os membros desta Assembleia é que terão de decidir, mas a marca é muito importante assim como esta aposta na cultura. No entender do senhor Presidente faz todo o sentido aprovar este contrato da forma como está para se continuar a apostar na cultura e fazer de Vagos um sítio de referência. A Câmara Municipal está a pensar em realizar um protocolo com a Fundação de Serralves, que terá um custo de trinta mil euros anuais, valerá a pena, não valerá a pena, a cultura é sempre muito relativa não é algo concreto nem definido como outra coisa qualquer. Esta é a opinião do Executivo Municipal e, por isso, há aqui a possibilidade de discutir e aprovar, ou não, este valor. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e referiu que, independentemente da questão do faseamento dos pagamentos, há uma questão que gostava de ver esclarecida e que ficou por responder. De onde é que vem o dinheiro? Do aumento da dívida? Perguntou. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que a cultura não tem preço, é óbvio, mas nesta situação, em concreto, há uma questão muito importante a ter em conta. Para um Município que depende tanto de financiamento externo para conseguir fazer um investimento, ir dar duzentos e sessenta e cinco mil euros por parte de um espólio em que ninguém sabe o que é que lá está. Já foi acordado pagamento, o faseamento do pagamento. E o resto? Perguntou. O senhor Deputado leu qualquer coisa a dizer que há peças que custam cinco euros e há outras que custam setecentos. Dessas vinte e duas mil peças que garantias há de receber alguma parte das nove mil e quinhentas que estão de fora? Das doze mil e quinhentas o que garante que a maior parte delas não vão ser as que valem cinco euros? Perguntou. O senhor Deputado considera que antes de avançar com qualquer coisa é preciso ver o catálogo por inteiro e negociar exatamente aquilo que se vai adquirir. -----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes voltou a usar da palavra e referiu que a questão é óbvia, ou seja, não há um catálogo que se possa ver o que é que está a ser comprado. Quando há pouco falou num serviço de inventariação não era a pôr em dúvida o trabalho que os funcionários da câmara estão a fazer, e muito bem, é um trabalho notável e que tem que ser feito. Contudo, é necessário um catálogo que tenha a existência que define esse catálogo que permita conferir aquilo que está a ser comprado. O senhor Deputado não conhece ninguém que dê valores e estipule valores plurianuais com base em nada. É necessário um catálogo onde esteja inventariado as peças que se vão adquirir e o valor de cada uma delas e só

depois se poderá decidir, em conformidade. Em relação ao quadro de pessoal o senhor Deputado não quis aqui dizer que este seria aumentado com os atuais, limitou-se a perguntar qual é o número que se prevê que a Câmara Municipal tenha, ou que prevê contratar se for necessário, se há alguma previsão, algum estudo. Ele não quis dizer que as pessoas que fazem atualmente parte do Museu do Brincar venham a ser contratadas. Se vai passar a ser um Museu Municipal tem que haver pessoas que façam esse trabalho, e, por isso, gostaria de saber quem são elas, quantas são e quanto é que vão custar. O senhor Deputado informou de que o grupo municipal vai apresentar um requerimento à Mesa a solicitar o adiamento deste ponto para uma futura sessão da Assembleia, porque entendem não fazer sentido estar a atribuir estes valores. O CDS é favorável à municipalização, faz todo o sentido, é o caminho certo, mas não pode ser a qualquer preço. A Câmara Municipal de Vagos tem que ter uma boa gestão dos recursos financeiros e nesta situação está a passar um pouco ao lado. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que está preparado para responder às questões levantadas pelo senhor Deputado Óscar Lopes. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia informou de que o grupo municipal do CDS apresentou um requerimento à Mesa, que passou a ler: *“vimos por este meio solicitar o adiamento da discussão do ponto oito para uma próxima reunião.”* -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara referiu que gostava de esclarecer a questão e ler o que está na alínea a) do nº5 da cláusula primeira: *“50% do valor do acervo museológico é pago no momento da assinatura do presente contrato na condição dos primeiros outorgantes apresentarem as fichas de identificação correspondente a cinco mil peças do acervo museológico.”* É esta a condição, ou seja, apresenta a Câmara Municipal paga, não apresenta a Câmara Municipal não paga. O que está aqui em causa é a plurianualidade e a Assembleia Municipal está a extravasar as suas competências. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o requerimento apresentado pelo grupo municipal do CDS, conforme dita o regimento. O requerimento foi recusado por maioria, com os votos contra do grupo municipal do PSD, que apresentou declaração de voto. -----

----- Nuno Moura – o senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra para apresentar a declaração de voto do grupo municipal do PSD: *“o grupo municipal do PSD obviamente votou contra o adiamento até por uma razão simples, porque é do nosso entendimento que mais uma vez estamos na matéria da competência da Câmara Municipal e que cabe a esta Assembleia Municipal apenas pronunciar-se quanto a plurianualidade da despesa que está a ser efetuada. Por outro lado, no que respeita à segurança da despesa, conforme tivemos a oportunidade de ouvir, existe um artigo neste protocolo que permite que a Câmara Municipal apenas efetue o pagamento depois de confirmado o espólio que está a pagar e, portanto, temos aí a segurança da realização deste negócio.”* -----

----- Hugo Jorge – O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que isto é uma compra, é uma aquisição e é material que fica. Isto não é material gasto em dois ou três dias de festa, é espólio que fica. Quem sabe se daqui a uns anos, se as coisas correrem bem e aparecer uma oferta tentadora, até pode ser vendido e é dinheiro que não se perde e que entrará por essa altura. Além disso, nestas questões culturais tem de se ter o cuidado de procurar agradar a vários públicos. Ao senhor Deputado não lhe parece caro o valor investido, porque se dividirem duzentos e sessenta e cinco mil euros por doze mil e quinhentas peças fica a pouco mais de vinte euros em média por cada peça. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que, com este negócio, não está previsto nenhum aumento da dívida. Este valor sairá de componentes do orçamento semelhantes a esta. Se a Câmara Municipal investir nesta aquisição não pode, por exemplo, investir numa noite de festas, terá de fazer opções, porque o dinheiro não estica. As opções que a Câmara Municipal tem feito nos últimos anos têm dito que tem sido possível fazer investimento e reduzir a dívida. Essa tarefa não tem sido fácil, tendo em conta que, por exemplo, o serviço de dívida que a Câmara tinha era bastante elevado e as receitas eram menores. O senhor Presidente tem a informação, que ainda não foi confirmada, de que uma das empresas instaladas no Concelho de Vagos no ano passado, com os resultados que tem, vai pagar um valor de várias centenas de milhares de euros de Derrama. Esta Municipalização pode, por exemplo, ser financiada com este dinheiro que virá da Derrama desta empresa, que chega, e sobra, para adquirir esta coleção do Museu do Brincar. O que se está aqui a comprar é o espólio, o número de peças que existem é um referencial. -----

----- Deliberação: - A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com três (3) votos contra, dos grupos municipais do PS e do CHEGA, e cinco (5) abstenções, do grupo municipal do CDS, aprovar a referida minuta do Contrato. O grupo municipal do PS apresentou declaração que, para além de transcrita na íntegra, ficará anexada à presente ata: *“Na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Vagos de 14 de março de 2022, a discussão do ponto 8 da Ordem de Trabalhos, “Museu do Brincar - Municipalização”, a análise dos documentos remetidos pela Câmara Municipal e a discussão mantida levam a concluir que: - Não existe referência à municipalização do Museu do Brincar no Plano Estratégico de Vagos; - Não existe referência ao custo da municipalização do Museu do Brincar no orçamento para 2022; - Não foi feita a avaliação do espólio museológico que se propõe adquirir, que poderia ser feita por várias entidades; - Não estão definidos os termos em que a Grupo Cénico Arlequim, associação que integra o contrato e que é entidade beneficiária do negócio proposto, tem acesso a apoios do município relacionados com a atividade futura do Museu do Brincar; - Não existe um cadastro das cerca de 12.500 peças que a Câmara Municipal vai adquirir; - Não sabemos se do espólio de 22 mil peças existentes, tal como se refere no sítio do Museu, vão ser incluídas ou excluídas as de maior valor; - Não se conhece qualquer decisão da autarquia de Vagos sobre o futuro espaço do museu, apesar de já estar anunciado nas redes sociais do Museu do Brincar; - Não existe um plano de ação estratégico do museu apenso que justifique e enquadre este negócio. Sem prejuízo do reconhecimento da*

importância do Museu do Brincar em Vagos, nestas circunstâncias e porque 1) O custo de 265 mil euros da aquisição do acervo não tem por base qualquer avaliação; 2) O conceito de subsídio não pode ser utilizado para a aquisição de serviços (Cláusula 5), o Partido Socialista vota contra a proposta constante no Ponto 8 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal.” -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____.

----- **O(A) Secretário (a),** _____.